

o Governo optou por um estrito não-alinhamento. Esclareceu que o país de maneira nenhuma se deixaria envolver em conflitos entre as grandes potências. Afirmou-se disposto a servir como exemplo de coexistência pacífica na área. A opção de paz é, assim também, uma função da própria importância da situação estratégica do país.

IV. A REALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE PAZ

1. Os princípios e a exiguidade de meios

É assim que a forma de participação de Cabo Verde na comunidade dos países independentes foi sobredeterminada pelos princípios e prática política do Partido e definida em função da situação real do país no momento da independência. No momento da instalação do novo Estado, os seus dirigentes são portadores de um espólio de princípios caldeados pela experiência, que viriam servir para balizar a política de Cabo Verde (interna e externa). Esses princípios de que a seguir enumeramos os essenciais, averbavam a seu crédito a realização do programa mínimo do Partido e o Estado encostou-se a eles para a realização dos seus objectivos:

Realismo - Amílcar Cabral costumava dizer que "a realidade é a que existe; não é aquela que está na nossa cabeça". A realidade encontrada em Cabo Verde no momento da independência era dramática e nenhuma elaboração política seria podia fugir aos seus imperativos.

Flexibilidade - O realismo conduz à flexibilidade na acção. Desde os tempos da luta armada, o Partido, confrontado com o fosso habitualmente existente entre as declarações políticas e as actividades reais, entre o objectivo teórico a alcançar e a própria realidade sociológica da Guiné, acostumara-se a uma grande maleabilidade.

Independência do pensamento e acção - A direcção política sempre se preocupou em comportar-se da forma que melhor convinha aos seus objectivos evitando submeter-se às pressões externas, no momento da decisão. Com realismo enquadrava os diversos elementos necessários e disponíveis para que a decisão fosse esclarecida, e, então, assumia-a com responsabilidade e independência.

Nacionalismo - Essa maneira de se submeter às determinações da realidade do país e de optar pela atitude que melhor a servia, em independência de pensamento, conduziu a uma política nacionalista através da qual se procurou defender sempre os interesses do país, sem ilusões nem veleidades.

Seriedade e coerência política - O realismo não conduziu o país a incoerências políticas que pudessem transformar a sua atitude numa sucessão de decisões "ad hoc". Assumiu-se sempre a partir da análise adequada das realidades sobre as quais se pretendia actuar, sem oportunismo nem utilitarismos. Houve sempre a preocupação de se adoptar uma conduta política inscrita num quadro seriamente definido a fim de fomentar a confiança do povo, dos parceiros e, mesmo, dos adversários dessa política. Prevaleceu a consciência de que somente uma atitude de coerência e seriedade poderiam tornar credível a política de um país pequeno. Adoptou-se sempre uma atitude firme na defesa dos princípios fundamentais mas com actos comedidos para não banalizar os gestos.

Esse quadro de referência da acção política de Cabo Verde levou o Estado a encontrar-se em situações delicadas perante amigos e vizinhos quando teve que assumir posições em que a autonomia, a seriedade e o realismo colocavam-no numa posição de momentâneo isolamento.

2. A opção e a exiguidade de meios

Definida a linha de orientação da sua política, fixos os seus objectivos e princípios, o país cedo verifica que os mesmos elementos que determinaram a opção, nomeadamente a pequenez e a pobreza, revelam-se factores extremamente negativos para a prática de uma política de paz e diálogo. Efectivamente, um país pequeno e pobre enfrenta muitas dificuldades ao pretender praticar uma política autónoma porque:

Primeiro, grande parte das hipóteses de cooperação que lhe são oferecidas são-no no âmbito de um jogo de influências: ou pretende-se enquadrá-lo numa conduta externa determinada, ou procura-se conduzir o seu processo interno numa direcção diferente da escolhida pelo seu próprio Governo.

Segundo, porque, sendo pequeno, não se lhe reconhece o direito de pensar e conduzir uma política externa de forma autónoma. Quando, ainda por cima,

essa política se traduz em algo tão diferente do que é corrente na cena internacional hodierna, como uma acção pelo diálogo, pela coexistência e pela composição pacífica dos diferendos entre estados, então, a tendência é ou torpedear a sua acção ou, então, procurar-lhe mentores e mandatários. Os meios "informados" e os "comentadores" diplomáticos procuram saber quem está por detrás dessa política. Esse Governo está a agir por conta de quem? É a pergunta. Essa atitude é, aliás, facilitada pelo cuidado que tomam os grandes em reservar para si os louros de todas as operações bem sucedidas e pelo facto de a opinião pública ser induzida a acreditar que os pequenos se contentam com uma retribuição material pelos seus gestos, como por exemplo sucedeu no caso dos etarras acolhidos por Cabo Verde.

Nessas condições, a própria realização dessa política é, em si mesma, uma batalha. O país tem que conquistar uma credibilidade própria para que se lhe permita desempenhar um papel útil na cena internacional ou prosseguir a sua opção própria. São depois de ser credível - o que implica a condução de uma política séria, coerente e eficiente - é que começa a tirar proveito da sua pequenez e pobreza. Ao intervir, por se saber limitado e porque os outros também o sabem, goza da vantagem de não poder ser suspeito de pretender uma posição de hegemonia ou de liderança, o que facilita o contacto com os diversos interessados.

3. A reafirmação da política de diálogo e paz desde a independência

Os dois principais objectivos da política externa de Cabo Verde, com seguir cooperação para o estabelecimento de infraestruturas básicas de desenvolvimento e sua afirmação como entidade independente e pronta a colaborar para a consecução da paz e do progresso, completam-se. Para a sua realização, considerando as limitações existentes, teve que desenvolver acções cautelosas procurando sempre aplicar os princípios atrás referidos.

3.1. Afirmação de Não-Alinhamento

Vistos a situação estratégica do país e o recrudescimento da tensão mundial que coincidiu com os primeiros anos de independência, Cabo Verde cuidou de aplicar de forma clara a sua concepção de país não-alinhado. Começou por afirmar que o seu território não se prestaria a servir de base militar e recusou praticar qualquer acto que pusesse em causa essa afirmação. Barcos de guerra

viram recusada a permanência nos portos do arquipélago enquanto que a passagem ou curta estadia era permitida a marinhas de diversas nacionalidades. Dando conteúdo activo ao não-alinhamento, apoiou o Movimento na denúncia ao colonialismo e ao apartheid, ao mesmo tempo que defendia a legalidade internacional marcando por exemplo, as suas distâncias, nos casos de Afeganistão, Cambodja e Granada.

3.2. Boa vizinhança

Apesar de ser portador de um ideário político diferente do dominante na região oeste-africana, apesar de os anos de colonização terem separado o país da África continental em vários aspectos, Cabo Verde entabulou desde cedo relações de boa vizinhança e de cooperação com os países da área. Com o Senegal, por exemplo, mau grado as diferenças de pontos de vista sobre grande parte das questões políticas africanas e mundiais, o que obrigava as delegações respectivas a alinharem quase sempre em campos opostos, Cabo Verde esforçou-se por aprofundar as relações de amizade entre os dois países. Mesmo nas ocasiões de disputa directa de interesses, procurou evitar atitudes agressivas. Por exemplo, durante a discussão, na ICAO, do processo de recuperação do controle da região aérea do Sal, da FIR do Sal, elemento importante do reforço do aeroporto internacional e que tinha sido confiado a Dakar (França) pela administração portuguesa em 1951, apesar da resistência do Senegal, o Presidente Aristides Pereira recomendou à delegação que não usasse certos dados técnicos que afectavam demasiado o Senegal. Esta atitude criou uma relação de confiança que permitiu a intervenção activa de Cabo Verde no estabelecimento de relações diplomáticas entre Dakar e Luanda, pondo fim a um diferendo que se arrastava durante muitos anos por causa do empenho do Senegal em favor da UNITA e facilitou os bons ofícios do Presidente Aristides Pereira aquando do diferendo que opôs o Senegal à Guiné-Bissau por causa da fronteira marítima entre os dois países.

Ainda no domínio da boa vizinhança, Cabo Verde estabeleceu relações de amizade com Mauritânia, Mali, Níger e os demais países da região, facilitando a concertação, quer nas relações bilaterais, quer no quadro do CILSS e da CEDEAO.

3.3. Defesa dos interesses do país

A política de diálogo e de cooperação foi permanentemente entendida

/...

como um meio de defesa dos interesses do país. Cabo Verde renegou qualquer atitude que pusesse em causa esses interesses. Assim, não se tem coibido a adoptar atitudes não concordantes com a maioria ou com amigos quando considere que não correspondem aos interesses legítimos do país. É nessa base que, apesar de fortes pressões e mau grado o compromisso com as resoluções da OUA, o Governo Caboverdeano optou por não fechar o aeroporto do Sal aos aviões sul-africanos que o frequentavam desde antes da independência. Efectivamente, entendeu que essa atitude não beneficiaria os interesses do país. A Cimeira da OUA em Monróvia em Julho de 1979 viria a estatuir sobre o assunto confirmando a atitude realista de Cabo Verde. No caso do aeroporto, esse gesto resultou fundamental para a criação de um espaço de negociações respeitantes ao conflito da África Austral. Sómente em 1984, o Sal foi palco de uma meia dúzia de encontros entre as partes envolvidas.

3.4. Defesa da unidade africana

Consciente da fraqueza dos países africanos em geral, Cabo Verde apoiou activamente os esforços pela consolidação da sua unidade, quer a nível regional quer a nível continental. Esse procedimento manifestou-se sobretudo nas ocasiões de crise, em que desempenhou sempre papel moderado, sem pôr em causa os seus princípios fundamentais. Na sequência do reajustamento de forças na OUA que se produziu após a independência dos cinco e manifestou-se principalmente aquando dos debates sobre a admissão de Angola, alguns países do chamado grupo progressista resolveram criar uma fracção no seio da OUA para melhor concertação de posições. Apesar de reconhecer a importância do papel que esse grupo poderia desempenhar na defesa das posições mais avançadas da Carta da OUA, Cabo Verde desaconselhou a sua institucionalização porque prejudicial à unidade. Em 1982, apesar de fazer parte do grupo presente em Trípoli em apoio à Organização da Unidade Africana, desenvolveu uma acção moderadora apoiando os que foram contra a ruptura da organização e contra a denúncia violenta dos ausentes. Essa atitude levou a que o Presidente Pereira fosse escolhido para, juntamente com Nyerere, Mengistu e Bendjedid, negociarem com representantes do grupo anti-RASD o compromisso que, na altura, permitiu a realização da Cimeira.

A nível regional, Cabo Verde tem-se empenhado activamente na realização da integração económica e no estabelecimento de posições concertadas perante problemas comuns para o reforço da independência e autonomia dos países da África Ocidental. A sua própria relação com os países vizinhos tem sempre em conta

esse objectivo. É esse espírito que favoreceu a rápida reaproximação com Bissau e tem guiado a sua posição no tratamento de questões em que os seus interesses são diferentes dos dos países da área.

Todavia não põe em causa os princípios fundamentais que orientam o país. Foi nessa óptica que recusou fazer parte do Pacto de Defesa da CEDEAO tendo, juntamente com a Guiné-Bissau e o Mali, recusado a sua assinatura em Freetown em 1981, apesar das instâncias dos outros membros, por acreditar que o Pacto era inoportuno e punha em causa os objectivos essenciais da organização.

3.5. Alargamento do espaço de cooperação

A situação económica herdada e a seca contínua que dificultam o desenvolvimento do país por meios próprios, obrigam Cabo Verde a depender grandemente da ajuda externa, quer para sobrevivência, quer para a criação de estruturas mínimas de desenvolvimento. Ora, como elemento das relações internacionais do Estado, a cooperação é um dos mais complexos porque sendo uma imperiosa necessidade, comporta riscos evidentes de influência política, ideológica e técnica externas que podem prejudicar a realização do caminho traçado pelo país.

Efectivamente, para além dos aspectos extremos de ajuda condicionada à adopção de posições políticas pontuais conformes ao interesse do doador ou à prévia declaração e prática de uma linha política ao seu gosto, a cooperação encerra sempre o risco de submissão à influência externa pela dependência que cria em inúmeros aspectos.

Pode, por exemplo, acontecer que a facilidade de obtenção de créditos para certos projectos e não, para outros, obrigue o Governo a alterar a sua ordem de prioridades; pode suceder que as propostas técnicas bem elaboradas de um perito estrangeiro, sem que o país disponha de uma capacidade de análise das mesmas, inflita decisões em sentido não desejado; a formação de quadros em países doadores cria um substracto cultural considerável num grupo de técnicos - estrato social importante em qualquer país subdesenvolvido - levando-o a agir ou como lobby, ou como peso político num sentido determinado. A disponibilidade manifestada por certas fontes de financiamento - que muitas vezes não são mais que crédito aberto aos interesses económicos do país doador, desvia opções, etc., etc.

/...